

ATA DA IX REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO PLENO DO DIA 07 DE OUTUBRO DE 2025

Aos sete dias do mês de outubro do ano de dois e vinte e cinco, deu-se início, às oito horas e trinta minutos, em segunda chamada, à IX Reunião Ordinária do Conselho Pleno deste Colegiado, na sede da Casa dos Conselhos Municipais de Educação, situada à Rua Quaresma Júnior, nº 111, Centro. Reuniram-se os Conselheiros Municipais de Educação com a participação da vice-presidente, Mariana Máximo, e dos seguintes conselheiros de forma presencial: Alex de Almeida, Camila de Oliveira, Bárbara de Oliveira Sinclair Haynes, Jorge Luiz da Silva Nunes, Carine de Oliveira Moreira, Cristiane Inoue, Luísa Vieira, Walquíria Maria de Lima Pereira, Martin Sirolli, Marcos Paulo Pereira Ramos e Patrícia Viríssimo. Participaram, também, os servidores lotados no CME- Conselho Municipal de Educação: Eduardo Peixoto, Maria das Graças Ladislau e Cristiane Carneiro, assessora técnica. Mariana Máximo abre a reunião dando boas-vindas aos conselheiros e comunica que a presidente Sílvia Lira não está presente à reunião porque encontra-se de licença acompanhamento à sua mãe e diz que hoje a pauta prevista é sucinta e que os assuntos foram solicitados pelos próprios conselheiros. Mariana Máximo faz a leitura da ata da reunião do conselho pleno realizada em 09/09/2025. Ata aprovada por todos os conselheiros presentes. O conselheiro Alex de Almeida sugere pedir apoio à rádio Costazul para divulgação do evento que homenageia profissionais da educação, intitulado Medalha Jair Natalino Espíndola Travassos e se disponibiliza a fazer esse contato com a rádio. Em seguida, o referido conselheiro pergunta sobre a cadeira de suplência da escola quilombola no CME. Walquíria comenta que Andréia, sua suplente nessa cadeira, deseja continuar como conselheira. O conselheiro Alex de Almeida sugere que, na próxima reunião do conselho pleno, se não tiver resposta da SEJIN (Secretaria de Educação, Juventude e Inovação), sobre a climatização das unidades de ensino municipais, devemos pensar em ações mais diretas e eficazes, pois o calor já está chegando. Mariana Máximo diz que o item 2 da pauta, solicitado pela conselheira Cristiane Inoue, será abordado quando a mesma chegar à reunião. O item 3 da pauta refere-se a uma Roda de Conversa entre o Tribunal de Contas da União e os Conselhos Municipais de Educação e Conselhos de Alimentação Escolar : “o papel do controle social e como o TCU pode contribuir com esta atuação”. O CME tem direito a indicar 3 conselheiros para esta reunião e, Mariana Máximo, pergunta quem tem interesse em participar. Os conselheiros Jorge Nunes e Alex de Almeida se disponibilizam. O item 4 da pauta refere-se à Cerimônia de Concessão da Medalha de Honra ao Mérito Professor Jair Natalino Espíndola Travassos. A vice-presidente solicita apoio aos conselheiros para estarem presentes no CEA (Centro de Estudos Ambientais) no dia 14/10/2025, às 18h. Mariana Máximo diz que será um momento marcante e emocionante para os agraciados que receberão as medalhas e os certificados das mãos dos conselheiros, por isso precisamos da presença de todos. Mariana Máximo informa que, se algum conselheiro necessitar de Declaração de Comparecimento, o CME disponibilizará. A vice-presidente comenta sobre o XXXIV Congresso Nacional dos Conselhos Municipais de Educação, que ocorrerá em novembro deste ano, em Fortaleza, cujo tema central será: os Conselhos Municipais da Educação e o olhar para o próximo decênio: Educação Inclusiva, Equidade, Justiça, Qualidade Social, Financiamento e

Infraestrutura. Dando continuidade, Mariana Máximo enfatiza que o curso de Braille, que será ofertado em parceria com o CMDPD (Conselho Municipal do Direito da Pessoa com Deficiência), CME e Secretaria de Ação Social, ocorrerá na sede do CME. Cristiane Carneiro diz que este curso abrange Profissionais da Educação de Escolas Públicas e Privadas. A conselheira Walquíria comenta que a reunião da CACs Fundeb, agendada para o dia 18/09/2025, não ocorreu, sendo adiada para o dia 06/11/2025, pela manhã, quando serão analisados os cadernos da prestação de contas números 3 e 4. O conselheiro Alex de Almeida pede a palavra e diz que o ponto eletrônico dos funcionários tem apresentado inconsistências, ocasionando problemas técnicos e funcionais. Walquíria comenta que o ideal é haver uma formação para as pessoas que fazem o “tratamento” do ponto eletrônico. Alex de Almeida relata que houve uma reunião com diversos setores da PMAR, na qual foi pontuado que o magistério tem uma especificidade no horário e que necessita de uma análise diferenciada. Relata, ainda, que a SEJIN não mediu esforços para regularizar o pagamento dos servidores que tiveram descontos indevidos. Alex de Almeida divulga a festa em comemoração ao dia dos professores, promovida pelo SEPE (Sindicato Estadual dos Profissionais da Educação), que será dia 14/10/2025, no Balneário. Outro ponto abordado pelo conselheiro Alex de Almeida foi a parceria educacional da PMAR com o Instituto João e Maria Backheuser e solicita que o CME articule, com a SEJIN, esclarecimentos a respeito dessa parceria e que seja abordado o assunto na próxima reunião do conselho pleno. Em seguida, Mariana Máximo relata que a conselheira Mônica, representante das escolas privadas, convidou-a para participar de uma reunião com gestoras de escolas privadas para esclarecer a respeito da Política de Educação Integral implementada pelo MEC (Ministério da Educação e Cultura). Sobre a pauta requerida pela conselheira Cristiane Inoue, Alex de Almeida comenta que, até onde sabe, não existe um plano de governo para implementação da meta 17 e que tal questão foi informada aos integrantes da comissão da meta 17 durante uma reunião com o Secretário Roberto Peixoto. Alex de Almeida diz que está programada uma manifestação em prol da implementação da meta 17, prevista para ocorrer dia 15/10/2025, às 9h, em frente à PMAR e relata que o SEPE abriu essa discussão com a categoria e que há necessidade de um debate maior sobre o tema. Em seguida, a conselheira Walquíria relata a importância de discutir a Resolução que trata sobre o Conselho de Promoção, tendo em vista que o mesmo já se aproxima e que algumas mudanças foram implementadas. Seu Martin incentiva a conselheira Luísa, representante de estudante secundarista, a trazer proposições e questões para o debate nas reuniões do pleno. Jorge Nunes solicita que o CME entre em contato com a SEJIN para saber como está o andamento do acordo feito entre a Secretaria e os representantes da EMDV e da APADEV sobre a obra de acessibilidade prevista para acontecer no prédio da EMDV. Até o momento não houve nenhum retorno sobre o assunto. Jorge solicita que essa mediação do CME junto a SEJIN aconteça até a próxima reunião do conselho pleno. A conselheira Bárbara diz que o Programa Saúde na Escola está com uma ação de vacinação contra o HPV e que estão fazendo um resgate dos estudantes de 15 a 19 anos que ainda não foram vacinados. Informa, ainda, que essa vacina, agora, é em dose única. Cristiane Inoue chega à reunião às 9h27 e Mariana solicita que a referida conselheira aborde o ponto de pauta solicitado. Cristiane Inoue diz que a meta 17 ainda não saiu do papel e afirma que não é por falta de dinheiro e, sim, por falta de vontade política. De acordo com a conselheira, Angra não está sabendo priorizar o que importa, que é a valorização do Docente 1. Patrícia chegou às 9h30. Cristiane continua sua fala dizendo que o governo Fernando Jordão, em 8 anos, não fez e o atual prefeito também não. A PMAR tem priorizado outras coisas e não investe na meta 17. A categoria não aguenta mais esperar e a conselheira pede uma ação mais enérgica do CME na fiscalização da referida meta. Cristiane Inoue fala sobre a reunião que houve entre a comissão da meta 17 e o Sr. Roberto Peixoto e diz que a categoria levou propostas de parcelamento da equiparação salarial, mas o governo disse que esse ano não será possível implementar a meta 17.

Reforçou, ainda, a manifestação que haverá no dia 15/10/2025, às 9h, em frente à PMAR e que este ato, entre outros, pretende esclarecer a população que a implementação da meta 17 é um direito do Docente 1 e convida os conselheiros a estarem presentes nesse protesto. Dando continuidade à sua fala, a categoria de Docente 1 ficou muito indignada e revoltada com a resposta do governo. Cristiane Inoue solicita que o CME faça um ofício, endereçado ao Ministério Público, relatando a não operacionalização da meta 17, tendo em vista o PME. Mariana Máximo relata que este ofício já foi feito e encaminhado ao Ministério Público, assim como foi feita, também, uma solicitação à Câmara de Vereadores de Audiência Pública. Cristiane Inoue solicita, então, que o CME publique, em suas redes sociais, um convite à categoria de Docente 1 para que compareça à passeata do dia 15/10. Alex de Almeida diz que esse ato político pode ser divulgado nas redes sociais privadas, mas não de forma institucional pelo CME. Cristiane Inoue reforça dizendo que acha válido o CME divulgar o evento em suas redes sociais e ela, como liderança desse movimento, não vê problema. Alex de Almeida diz que o CME, enquanto instituição, pode ter problemas com relação à divulgação desse ato político, tendo em vista que é uma iniciativa de um grupo específico. Patrícia Viríssimo diz que isso pode ser prejudicial ao CME enquanto instituição. Os conselheiros podem fazer postagens do movimento em suas redes sociais pessoais, se assim desejarem. A conselheira Camila Oliveira chega à reunião às 9h45. Mariana Máximo sugere, então, fazer uma votação para decidir essa questão da publicidade do ato político nas redes sociais do CME. Mariana então procede com a votação: 9 (nove) conselheiros votaram para não haver a publicação e um voto para a publicação. Cristiane Inoue diz que percebe que os conselheiros que representam a Sociedade Civil não estão do seu lado e o Sr. Martin reforça dizendo que o CME tem feito ações no sentido de apoiar a implementação da meta 17, durante o ano todo, e afirma que ele é sociedade civil e que tem apoiado as pautas da conselheira durante as reuniões. A conselheira Patrícia diz, também, que ela representa a sociedade civil e que apoia a meta 17, mas nem sempre concorda com as proposições que são feitas. Diz, ainda, que o município de Angra dos Reis teve uma perda de, aproximadamente, quinhentos milhões de reais por conta do Declan (Declaração Anual para o Cálculo do Índice de Participação dos Municípios). Patrícia diz que protestar, neste momento, não é viável. Cristiane Inoue comenta que acredita que o SINSPPMAR (Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Angra dos Reis) não consultou advogado e que o Dr. José Antônio disse para ela que é possível a judicialização dessa questão. Cristiane Inoue afirma que a categoria planejava judicializar no ano passado, mas que ela postergou a ação em virtude de ter assumido um compromisso com o prefeito, mas enfatiza que a judicialização é um objetivo da categoria Docente 1. Alex de Almeida coloca-se dizendo que o SEPE sempre está na defesa da educação e dos servidores e que continua lutando pela garantia de direitos e não por promessas. Após as considerações finais, a vice-presidente do CME, Mariana Máximo, agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião. E eu, Maria das Graças Ladislau, li e encerro esta ata. Ata lida e aprovada na X Reunião Ordinária do Conselho Pleno de onze de novembro de dois mil e vinte e cinco.